

**Especialização Interdisciplinar**  
**Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania**

**Módulo 4**

INSTITUIÇÕES CULTURAIS E SEUS RESPECTIVOS ÂMBITOS DE AÇÃO

Marca UFG

2014

Contracapa

**Especialização Interdisciplinar**  
**Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania**

**Módulo 4**

INSTITUIÇÕES CULTURAIS E SEUS RESPECTIVOS ÂMBITOS DE AÇÃO

**Especialização Interdisciplinar**  
**Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania**

**Módulo 4**

INSTITUIÇÕES CULTURAIS E SEUS RESPECTIVOS ÂMBITOS DE AÇÃO

Marcas CIAR e UFG

Ficha técnica

Ficha catalográfica

## **SUMÁRIO**

### **1 AS INSTITUIÇÕES CULTURAIS E A SOCIEDADE**

1.1 CULTURA E IDENTIDADE

1.2 EDUCAÇÃO

### **2 INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS**

3.1 MINISTÉRIO DA CULTURA

3.2 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO  
NACIONAL

3.3 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

3.4 COMISSÃO GOIANA DE FOLCLORE

### **3 CARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES CULTURAIS**

3.1 MUSEUS

O que é

Função

Processo de Institucionalização

Exemplos Goianos

3.2 BIBLIOTECAS

O que é

Função

Processo de Institucionalização

Exemplos Goianos

3.3 ARQUIVOS

O que é

Função

Processo de Institucionalização

Exemplos Goianos

3.4 PONTOS DE MEMÓRIA E CULTURA

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**Especialização Interdisciplinar**  
**Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania**

Ficha técnica

....

....

**PROFESSORES COLABORADORES**

Docente Responsável: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vânia Dolores Estevam de Oliveira

Docente Participante: Prof<sup>a</sup> Ms. Josiane Kunzler



Profª Drª Vânia Dolores Estevam de Oliveira

Vânia Dolores Estevam de Oliveira possui graduação em Museologia, mestrado e doutorado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2011). Atualmente é professora adjunta I da Universidade Federal de Goiás, atuando no bacharelado em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais Interdisciplinar da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás.

Profª Mª Josiane Kunzler

Josiane Kunzler é bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Goiás e mestre em Ciências (Geologia – Área de Paleontologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é doutoranda em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

#### Apresentação

Caro(a) aluno(a), seja bem-vindo(a) à Disciplina Instituições Culturais e Seus Respectivos Âmbitos de Ação que integra o Módulo 4 desta especialização. Nesta disciplina, juntos veremos as semelhanças e diferenças entre museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições que desempenham funções similares, como centros culturais e pontos de memória. Conheceremos algumas das principais instituições culturais do país e do Estado de Goiás, vinculadas ao poder público e à sociedade civil, e que lidam diretamente com o patrimônio. Pontuaremos as atividades desempenhadas por cada uma delas, o que as diferencia e quais são suas semelhanças. Ao analisarmos como atuam na implantação de políticas culturais, veremos também as transformações e o papel das instituições culturais na construção e na afirmação de identidades, controle social e acesso aos bens culturais.

Bons estudos!

Ementa: Esta disciplina tem por objetivo analisar as instituições culturais, onde se realizam ações educativas informais (museus, bibliotecas, fundações, arquivos, casas de memória e outras) vinculadas ao poder público e à sociedade civil, suas transformações e seu papel na construção e na afirmação de identidades de grupos sociais, localidades, bairros e mesmo cidades. Serão tratadas questões como a atuação dessas instituições na implantação de políticas culturais, sua relação com o controle social e acesso aos bens culturais. **Instituições culturais a serem consideradas:** Iphan, MinC, Comissão Goiana de Folclore, museus do Estado de Goiás, museus, bibliotecas e casas de cultura dos municípios goianos.

## 1. AS INSTITUIÇÕES CULTURAIS E A SOCIEDADE

Instituições são convenções estabelecidas pelo homem que se caracterizam como organismos públicos ou privados dispostos a serviço da sociedade. Elas são instituídas com o propósito de solucionar problemas oriundos das exigências naturais da vida social e constituem elementos diversificados, respondendo cada uma a categorias específicas de demandas sociais.

De acordo com Castells (1999, p. 173 e 188), a diferença entre organizações e instituições está na sua abrangência. Enquanto organizações são “sistemas específicos de meios voltados para a execução de objetivos específicos”, as instituições são essas “organizações investidas de autoridade necessária para desempenhar tarefas específicas em nome da sociedade como um todo”.

Assim, as instituições culturais podem ser compreendidas como aquelas organizações que se dedicam às tarefas culturais, sejam elas da Arte, da Ciência, da Leitura ou da História, em prol da sociedade. Podem abranger os museus, as bibliotecas, as fundações, os institutos, os centros culturais, os arquivos e outros que, ao terem como base o patrimônio cultural, funcionam como locais com referências culturais de uma sociedade.

Segundo Londres (2003), a noção de “referência cultural” foi introduzida no vocabulário das políticas culturais em meados da década de 1970. Neste período, os critérios adotados pelo Iphan para a preservação dos bens culturais passavam por reavaliações sistêmicas, levantando questões sobre a legitimidade do processo de seleção do que deveria ser preservado. Segundo ela, “quando se fala em ‘referências culturais’, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido”

Mesmo deixando claro que um centro de referências culturais, como o CNRC (Centro Nacional de Referências Culturais, criado na década de 1970), não deve ser confundido com um museu ou um banco de dados, Londres (2003) pressupõe a necessidade de se criar espaços públicos, tanto para usufruto das comunidades quanto para participação nas tomadas de decisão que se referem ao patrimônio cultural. É essa a necessidade de se definir um consenso sobre o que preservar, com qual finalidade e para quem, que envolve diferentes atores e redes, além do Estado, em um conflito de interesses.

Segundo Marques (2006)

cada situação social conta com um conjunto de atores dotados de instrumentos de poder que disputam os resultados do processo político em termos da distribuição de benefícios escassos, assim como de poder político, que em última análise explica a possibilidade diferenciada de captura daqueles benefícios (p.17).

Esses atores podem ser individuais, grupais ou institucionais. Baseado na literatura neo-institucionalista, esse autor ainda ressalta que essa atuação não se dá no vácuo, mas sim em “contextos institucionais específicos compostos por regras de funcionamento da política estabelecidas em normas informais, no direito positivo e em formatos organizacionais específicos” (MARQUES, 2006, p. 18). A fórmula de combinação entre os elementos atores – instituições – normas varia e culmina numa relação permeada de poder, numa disputa de interesses em destacar o que deve ser declarado pelo Estado como detentor de maior valor, para que então possa ser preservado em detrimento de outros bens.

O autor aponta para o fato de que as organizações estatais, ou seja, o Estado, representam atores políticos potenciais porque são dotados de interesses

próprios e têm instrumentos de poder específicos, além de ocuparem uma posição de destaque por se situarem na cadeia de produção das políticas do Estado, como por exemplo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Por isso, é relevante reiterar a importância da interação entre agentes tanto da formulação quanto na implementação de políticas. Assim, falamos de atores individuais, grupais, organizacionais e/ou estatais que atuam em conjunto sobre um mesmo problema (MARQUES, 2006).

Por estarem envolvidas em uma rede com vínculos com os mais diversos atores, sejam eles públicos ou privados, as instituições a serem analisadas nesta disciplina estão intimamente ligadas nesse jogo de poder e representação. Nelas, o poder e a memória adquirem papéis específicos e diferenciados. Na biblioteca, a memória, sobretudo a memória do saber, está armazenada em suas representações escritas, visuais e sonoras, como permitem atualmente os *audiobooks*, os DVDs e demais mídias eletrônicas disponíveis. No arquivo evidencia-se o poder da memória enquanto elemento legitimador e comprobatório dos fatos. No museu, a relação entre memória e poder é ainda mais clara e forte, desde as suas origens que remetem à mitologia grega ao templo das musas (*Museion*), que são as filhas de Zeus (deus supremo no panteão grego) e Mnemósine (deusa da memória).

**Desenhos ou charges ilustrativas, pelo CIAR.**

### 1.1 CULTURA E IDENTIDADE

Todas essas instituições, na medida em que lidam com a memória e o patrimônio constituído, também atuam política e ideologicamente para a construção e o fortalecimento de identidades. Por isso, elas podem ser utilizadas para desconstrução e enquadramento destas.

Museus são particularmente úteis nesse sentido, pois, desde seu nascedouro têm sido fartamente utilizados como ferramenta de apoio aos projetos políticos de nação e também de construção de mitos e identidades regionais, tanto no Brasil quanto no exterior (SANTOS, 2002).

Em Goiânia, por exemplo, o mito do herói fundador construído em torno da personalidade de Pedro Ludovico Teixeira tem até hoje no museu, que leva seu nome, o seu mais forte aliado. Essa instituição tem como missão contar sua história junto aos demais lugares de memória construídos para tal fim: nomes de ruas, praças, edifícios e repartições públicas.

As bibliotecas, por sua vez, podem ser cerceadas em sua política de aquisição de acervos, que atinge diretamente sua missão institucional. As bibliotecas particulares são as vítimas mais fáceis desse cerceamento. Lembremos dos tempos recentes de regime militar, quando pessoas eram perseguidas, presas, torturadas e mortas por causa dos livros que possuíam em casa, ou pelo que andavam lendo. Muitas bibliotecas foram intencionalmente queimadas, por terem sido descobertas ou para evitar que o fossem.

Os arquivos são igualmente suscetíveis de falsear memórias e identidades, mas sempre acobertados pela auréola de verdade absoluta - herança do Positivismo - que recobre os documentos. Convém sempre lembrar Le Goff (1996) quando advertiu que, “no limite, não existe documento-verdade; todo documento é mentira”, pois reproduz a verdade e os interesses de quem o produziu.

Sem sombra de dúvida e apesar das vulnerabilidades a que estão sujeitas as instituições culturais, são elas também que possibilitam a mediação entre os bens e produções culturais e a população em geral. Tanto que em seus conceitos e definições sempre encontramos, como veremos mais à frente, a preocupação com o acesso livre e sem fins lucrativos aos bens culturais pelos quais são responsáveis.

Vale ressaltar que tais características são aplicáveis em maior ou menor grau, de acordo com a modalidade da instituição cultural.

## 1.2 EDUCAÇÃO

A educação é um fenômeno social e universal, necessário para a existência e o funcionamento de toda a sociedade, que cuida da formação dos seus indivíduos, auxiliando-os no desenvolvimento de suas capacidades físicas e habilidades mentais. Não há sociedade sem prática educativa nem prática

educativa sem sociedade. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-los em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade (LIBÂNEO, 1994).

A educação, enquanto forma de ensino-aprendizagem, é adquirida ao longo da vida dos cidadãos e, de acordo com um levantamento feito por Marandino (2008), pode ser dividida, de forma geral, em três diferentes formas: (1) educação formal, (2) educação informal e (3) educação não formal. A primeira pode ser entendida como aquela desenvolvida nas escolas e universidades, cujo sistema é organizado hierarquicamente, com conteúdos distribuídos em um cronograma a ser seguido e esgotado em um tempo limite, de acordo com um planejamento regido por legislações e normas gerais, sejam elas municipais, estaduais e/ou nacionais.

#### Desenhos ilustrativos, pelo CIAR.

A segunda forma abrange as experiências geralmente associadas ao âmbito da família, do trabalho e das mídias, entre outros. Ela se dá num processo totalmente espontâneo a partir das relações do cotidiano, fundamentalmente não planejado e não intencional.

#### Desenhos ilustrativos, pelo CIAR.

A terceira e última forma situa-se em um estágio intermediário entre as duas anteriores. A educação não formal é concebida segundo uma organização fora do sistema escolar, mas que busca atingir objetivos educacionais definidos no âmbito de seu planejamento, assim como a educação formal, no entanto, sem a obrigatoriedade de seguir um currículo e um cronograma pré-definido por legislação.

Muitas vezes os termos formal, não-formal e informal são utilizados com concepções invertidas, ou seja, o que é considerado como não-formal por um é denominado de informal por outro (MARANDINO, 2008) e, além disso, essas diferenças também podem ser percebidas na literatura de acordo com escolas de pesquisas. A autora baseou-se nas diferentes e variadas definições apresentadas para essas três categorias de educação levando em conta a ideia de *continuum* de Rogers (2004), conforme a representação abaixo (Figura 1):

Contextos Educacionais		
	Formal < < < < <	Não-formal > > > > > Informal
• <b>Propósitos:</b>	Geral, com certificação	Específico, sem necessidade de certificação
• <b>Organização do conhecimento:</b>	Padronizada, acadêmica	Individualizada, prática
• <b>Tempo:</b>	Longo prazo, contínuo, sequencial	Curto prazo, tempo parcial
• <b>Estrutura:</b>	Altamente estruturada, currículo definido, atividade determina perfil do aprendiz, baseada na instituição, avaliativa	Flexível, ausência de currículo, aprendiz determina perfil da atividade, relacionada à comunidade, não avaliativa
• <b>Controle:</b>	Externo, hierárquico	Interno, democrático
• <b>Intencionalidade:</b>	Centrada no educador	Centrada no aprendiz
	< < < < < > > > > >	

**Figura 1 - Representação dos contextos educacionais, sistematizados por Marandino (2008) a partir de critérios e definições de diferentes autores e adaptados à ideia de *continuum* de Rogers (2004).**

Por ter propósitos definidos, métodos e organização flexíveis, a educação não-formal se destaca a partir do final dos anos 1960 do século XX. Sua flexibilidade lhe confere maior liberdade de adaptação frente às mudanças socioeconômicas, voltando seu foco para as necessidades de grupos em desvantagens. Do outro lado, o sistema de educação formal, que apresentava e ainda apresenta lenta adaptação às novas demandas sociais, exigiu/exige que diferentes setores da sociedade se articulem para enfrentar tais problemas e suprir as demandas educacionais (MARANDINO, 2008).

Essa categoria de educação pode ser realizada por meio de exposições, cursos de formação (oficinas e *workshops*), atividades de educação patrimonial, palestras, ou até mesmo pelo acesso às informações em instituições em geral,

como em bibliotecas e arquivos, e também pelas trocas de experiências e memórias, como em pontos de cultura e de memória, entre outros, que serão aqui analisados.

#### Educação Patrimonial:

De forma geral, para o Iphan, a Educação Patrimonial se constitui na reunião de pessoas para a construção e divisão coletiva de conhecimentos e na ação conjunta para conhecer, entender e transformar a realidade em vivemos, a partir da relação com o patrimônio cultural ou algo que esteja ligado a ele. Considera, num amplo espectro de ações, qualquer processo educativo formal e não-formal realizado por meio de diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e as comunidades detentoras e produtoras das referências culturais (IPHAN, 2014).

A partir dessa definição, podemos elencar três problemáticas que podem ser investigadas como atividades complementares à disciplina:

- A atual concepção do termo nos permite perceber que essa modalidade de educação também se encontra permeada pelas relações de poder (CHAGAS, 2004; MORAES WICHES, 2011), como as instituições aqui tratadas, pois se coloca numa posição central em uma rede de interesses de poder e de representação;
- A definição também apresenta um dos dilemas da Educação Patrimonial: o pleonismo presente no termo, destacado por Silveira e Bezerra (2007). Segundo as autoras, a educação dentro de uma perspectiva que aposta na cultura como princípio norteador não é exclusiva dessa metodologia. Essa concepção já está presente nos princípios da escola “freiriana”, em que a cultura material se torna essencial no processo de alfabetização cultural, que é a base de sua teoria e de sua experiência;
- A educação patrimonial é compreendida somente no âmbito do Iphan, a partir dos trabalhos da Gerência de Projetos e Educação Patrimonial (GEDUC). Ela não é mencionada pela Coordenação de Museologia Social e Educação



(COMUSE) do Ibram entre as diversas ações relacionadas à comunicação do patrimônio musealizado.

Saiba mais sobre Educação Patrimonial, lendo o texto na íntegra, no link abaixo:

<[https://www.academia.edu/3313013/Silveira\\_F.L.A.\\_and\\_.Bezerra\\_M.\\_-Educacao\\_Patrimonial\\_perspectivas\\_e\\_dilemas\\_.In\\_Eckert\\_C.Lima\\_Filho\\_M.F.Beltrao\\_J.Orgs.\\_.Antropologia\\_e\\_Patrimonio\\_Cultural\\_dialogos\\_e\\_desafios\\_cointemporaneos\\_.Florianopolis\\_Nova\\_Letra\\_ABA\\_Fundacao\\_Ford\\_2007\\_p.11-21](https://www.academia.edu/3313013/Silveira_F.L.A._and_.Bezerra_M._-Educacao_Patrimonial_perspectivas_e_dilemas_.In_Eckert_C.Lima_Filho_M.F.Beltrao_J.Orgs._.Antropologia_e_Patrimonio_Cultural_dialogos_e_desafios_cointemporaneos_.Florianopolis_Nova_Letra_ABA_Fundacao_Ford_2007_p.11-21)>.

## 2. INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

### 2.1 MINISTÉRIO DA CULTURA

O Ministério da Cultura é um órgão da administração pública federal direta, criado pelo Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, na ocasião de desmembramento do então Ministério da Educação e Cultura.

É relevante destacarmos algumas das questões que foram consideradas no decreto como condicionantes à criação desse órgão. Uma delas é a aceitação do fato de que havia um “enriquecimento da cultura nacional” causado pela possibilidade crescente de integração entre as diversas regiões do país. Ou seja, com o encurtamento virtual das distâncias geográficas, seja pelos meios de comunicação ou de transporte, que possibilitou contatos entre culturas distantes distribuídas pela longa extensão do País, a visão restrita do que poderia ser considerada cultura brasileira vinha sendo expandida, merecendo então maior atenção. A ideologia da integração nacional que serviu de suporte para a ditadura militar favorecia agora a busca da identidade cultural. Essa conduziria à definição da identidade nacional, que por sua vez estaria melhor representada pela cultura popular, enquanto representante da tradição genuinamente nacional. Não por acaso, o projeto de criação do MinC foi tratado pela mídia da época como “projeto da broa de milho” (CHAUÍ, 1989, p. 92).

O segundo é o fato de que a cultura nunca pôde ter sido objeto de uma política mais consistente, uma vez que a questão educacional ganhava sempre mais ênfase na atuação do Ministério. Assim, com o crescimento da demanda social por políticas culturais, um único órgão não poderia dar conta de dois assuntos que tomavam posições de tamanha importância para a formação da sociedade.

Ao ser criado, em 1985, foi incumbido das seguintes áreas de competências: letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional e do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural. A partir da legislação em vigência, na forma do Decreto nº 7.743 de 2012, suas áreas de competência incluem os assuntos relacionados à política nacional de cultura e à proteção do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Por isso, várias são as iniciativas do órgão, entre programas, ações, projetos e atividades.

Desses, destacaremos o Sistema Nacional de Cultura, descrito a seguir, e o Programa Cultura Viva, descrito na seção 3.4.

#### **- Sistema Nacional de Cultura**

O Sistema Nacional de Cultura foi instituído pelo Decreto nº 5520, de 24 de agosto de 2005, e tem como finalidade integrar os órgãos, programas e ações culturais do governo federal. Além disso, deve: contribuir para a consolidação de políticas culturais igualitárias e de caráter permanente, a serem convencionadas entre o Estado e a sociedade; articular ações para o estabelecimento e efetivação do Plano Nacional de Cultura e, por fim, promover iniciativas que apoiem o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acessibilidade aos bens culturais.

O SNC conta com os 27 estados, incluindo o Distrito Federal, e 2.406 municípios (214 da região Centro-Oeste, 234 do Norte, 889 do Nordeste, 556 do Sudeste e 513 do Sul). Para serem integrados como parte do SNC, os Sistemas Estaduais e Municipais devem ser instituídos por lei.

Saiba mais sobre o SNC em: <<http://www.cultura.gov.br/snc>>.

Atualmente, a estrutura regimental do MinC é regida pelo Decreto nº 7.743, de maio de 2012. Sua estrutura é formada por três órgãos de assistência direta e imediata à(o) Ministra(o) de Estado - o Gabinete, a Secretaria-Executiva e a Consultoria Jurídica; seis secretarias – de Políticas Culturais, da Cidadania e da Diversidade Cultural, do Audiovisual, de Economia Criativa, de Articulação Institucional e de Fomento e Incentivo à Cultura; três órgãos colegiados e sete entidades vinculadas.

Entre as entidades estão três autarquias – Iphan, Ibram e ANCINE (Agência Nacional de Cinema) – e quatro fundações - Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); Fundação Cultural Palmares (FCP); Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

De acordo com a legislação (Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987), uma fundação é uma entidade sem fins lucrativos, criada com autorização legislativa para o desenvolvimento de atividades que não exijam a execução por órgãos ou entidades de direito público. Elas se diferenciam pelo fato de se constituírem de um patrimônio que adquire personalidade jurídica. Esse patrimônio tem papel primário para o funcionamento dessa instituição, devendo ser destinado ao desempenho de atividades sociais, em prol da saúde, educação, cultura e outros.

Ao longo da disciplina, trabalharemos mais detalhadamente cada uma dessas fundações.

O MinC também conta com órgãos colegiados, tais como: o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC); a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC); a Comissão do Fundo Nacional da Cultura (CFNC); o Conselho Superior de Cinema (CSC). Além disso, são sete representações regionais localizadas em oito cidades: São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro/Espírito Santo (Rio de Janeiro), Minas Gerais (Belo Horizonte), Nordeste (Pernambuco), Sul, Norte (Belém e Acre) e Centro-Oeste (Brasília).

## 2.2 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Como vimos na disciplina Legislação e Patrimônio Cultural no Brasil, no segundo módulo deste curso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia federal, criada pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Inicialmente vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, funcionou como SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, após sucessivas fases de atuação e mudanças de denominação, é hoje um dos institutos vinculados ao Ministério da Cultura.

Foi somente com a criação desse órgão que se iniciou a prática institucionalizada de proteção de bens culturais de valor excepcional no Brasil, ou seja, o tombamento de bens como patrimônio cultural, uma vez que as esparsas medidas de preservação adotadas pelo Estado não correspondiam às demandas.

Por ser realizada com base em interesses de pequenos grupos, na maioria das vezes com o maior poder econômico ou intelectual, sua atuação foi fortemente marcada até a década de 1970 pela unilateralidade no processo de legitimação de um bem cultural como patrimônio e pela concepção material que direcionava a seleção.

Somente a partir do final de 1970 é que pôde ser percebida uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais, baseada na participação da sociedade a partir de suas referências culturais. Segundo Londres (2003, p. 83), indagações como “quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos” culminaram em uma proposta mais democrática para a seleção de bens culturais a serem patrimonializados, incluindo as manifestações culturais dos diferentes grupos sociais da sociedade brasileira para além de monumentos e testemunhos da história “oficial”, reconhecidos pelas elites.

Esse fato pode ter sido influenciado pela expansão do conceito de patrimônio que aconteceu durante todos esses anos de Iphan, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, que considerava, diferentemente do Decreto de 1937, o patrimônio cultural brasileiro constituído tanto por bens de natureza material quanto de natureza imaterial, a partir de formas de expressão, de criar, fazer e viver.

Atualmente, o Iphan assume como missão institucional: “promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país”. Esse processo de preservação consiste no trabalho permanente de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis tombados ou registrados do país.

Encontram-se sob a tutela do Iphan os seguintes bens: 21 mil edifícios tombados, 79 centros e conjuntos urbanos, 9.930 sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos, incluindo os acervos museológicos, cerca de 834.567 volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e videográficos, além do Patrimônio Mundial.

Para isso, ele deve exercer as competências acumuladas pelos instrumentos normativos do quadro e as que se seguem, designadas mais recentemente:

**Legislação referente às competências do Iphan**

- Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941 - Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 - Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
- Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965 - Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico.
- Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.
- Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 - Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.

- Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007 - Regulamenta a Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007 [...], altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.
- Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009 - Aprovação da Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

Desde o decreto que lhe deu vida, sua atuação é baseada na prática do tombamento. Segundo Rabello (2009), entende-se como tombamento um ato administrativo que tem como finalidade a conservação de bens materiais, mesmo que sejam móveis ou imóveis. No entanto, como tombar “formas de expressão, de criar, fazer e viver”?

Como também já vimos na disciplina Legislação do Patrimônio Cultural no Brasil, essa dificuldade foi resolvida, pelo menos em seus aspectos formais, em 04 de agosto de 2000, com a edição do Decreto 3.551. Este instrumento legal institui e rege o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e define um programa voltado especialmente para esses bens. Para Cavalcanti e Londres (2008), o registro é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca da valorização desses bens. E segundo o Iphan (2006), resguardadas as especificidades e o alcance do registro instituído por meio de instrumento legal, este deve equivaler ao tombamento.

Atualmente, o Iphan é subordinado ao Ministério da Cultura e possui uma superintendência em cada estado brasileiro, além do Distrito Federal (Fig. 02). A elas correspondem 27 escritórios técnicos, distribuídos nas cidades, cujos centros históricos foram tombados (p. ex.: a Cidade de Goiás e Pirenópolis), e nos parques históricos nacionais. Além disso, a gestão é dividida por quatro departamentos: (1) Planejamento e Administração; (2) Patrimônio Material e Fiscalização; (3) Articulação e Fomento e (4) Patrimônio Imaterial.

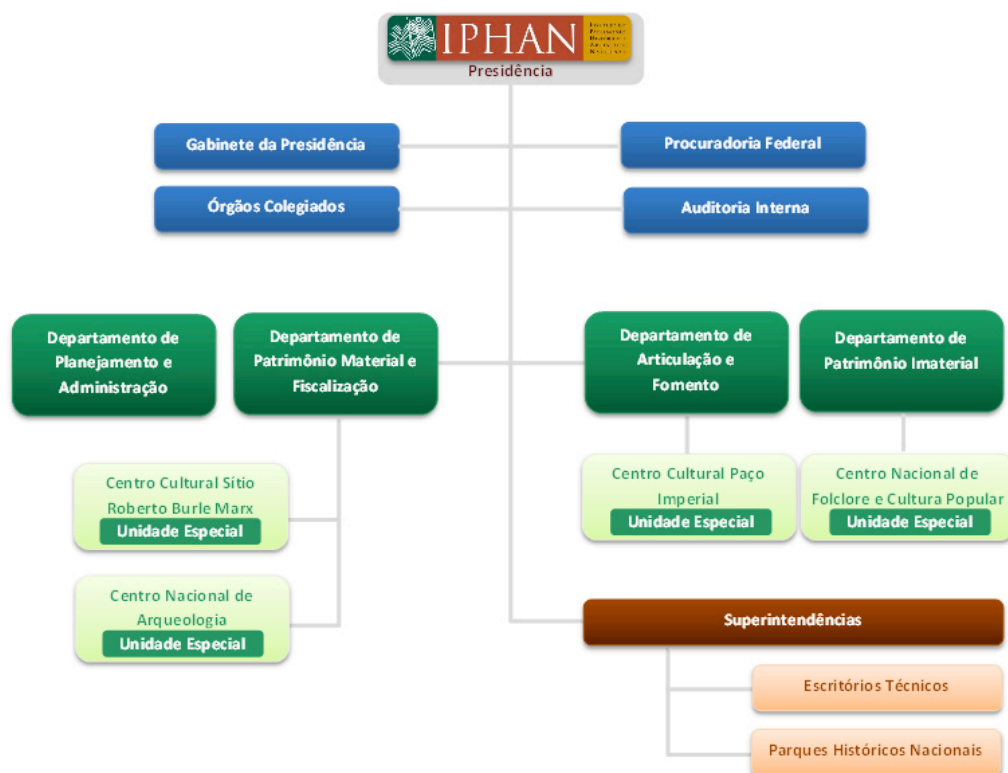


Figura 2 - Organograma Funcional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14677&retorno=paginalphan>>.

### 2.3 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

O Instituto Brasileiro de Museus teve sua origem no Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), criado na estrutura do Iphan, em 2003, que assumiu a gestão dos museus desse instituto. Com o tempo, desvinculou-se, tornando-se uma autarquia federal, criada pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Sua criação marca a última reformulação organizacional do Iphan e consequente transferência dos direitos, deveres e obrigações no que se refere aos museus federais.

De forma geral, o órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor. Entre os programas e ações desenvolvidas pelo Ibram, recebem atenção: o quantitativo de visitação, na busca por aumentá-la; a arrecadação dos museus; o fomento de políticas de aquisição e

preservação de acervos, incluindo ações voltadas à segurança dos museus, e a criação de ações integradas entre os museus brasileiros, apresentados a seguir.

Com o intuito de aumentar a visitação para além de mobilizar os museus brasileiros a desenvolver atividades especiais, tais como exposições, palestras, oficinas, seminários e ações educativas, alguns eventos regulares fazem parte da agenda do órgão. A Semana dos Museus é realizada normalmente por volta do dia 18 de maio, desde 2003, em comemoração ao Dia Internacional dos Museus. Essa é uma atividade que já vinha sendo desenvolvida pelo Demu/Iphan (Departamento de Museus/Iphan). Além dela, também são realizados a Primavera dos Museus, que ocorre durante o mês de setembro, e o Fórum Nacional de Museus, a cada dois anos. Este se diferencia, pois tem o objetivo de pensar, avaliar e definir diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM) e consolidar as bases para a implantação de um modelo de gestão integrada dos museus brasileiros, representado pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM).

Com projetos e programas, o órgão também busca responder às suas responsabilidades. Desde 2011, o Programa Nacional de Educação Museal (PNEM), que tem como objetivo subsidiar a atuação profissional dos educadores, fortalecer o campo profissional e garantir condições mínimas para a realização das práticas educacionais nos museus e processos museais, vem sendo construído em parceria com os museus e a sociedade em todo território nacional. Além disso, o projeto Conexões Ibram levou, em 2012, vários temas para serem discutidos com os representantes do setor cultural e cidadãos de 17 estados do país. Seu principal intuito era conectar os museus às novas políticas e aos instrumentos de gestão museais. Entre os temas apresentados, estavam: Estratégias de Fomento e Financiamento; Estatuto de Museus e Plano Nacional Setorial de Museus, os quais poderiam ser mais bem adequados de acordo com as necessidades expressas pelo estado visitado.

Vale destacar um último, e mais recente, programa implementado pelo instituto: o Programa para Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. Seus objetivos se voltam para: a capacitação de profissionais na área da gestão de riscos de acervos e orientação na compra de materiais e equipamentos que



lidem com a questão; a elaboração e implementação do plano de gestão de riscos nas unidades museológicas vinculadas ao Ibram; o estabelecimento de um diálogo com reuniões técnicas e visitas que envolvam os profissionais da segurança dos museus do Ibram e de convênios com outras instituições que possam contribuir com pesquisas e proposições de técnicas.

**Sugestão de atividade:**

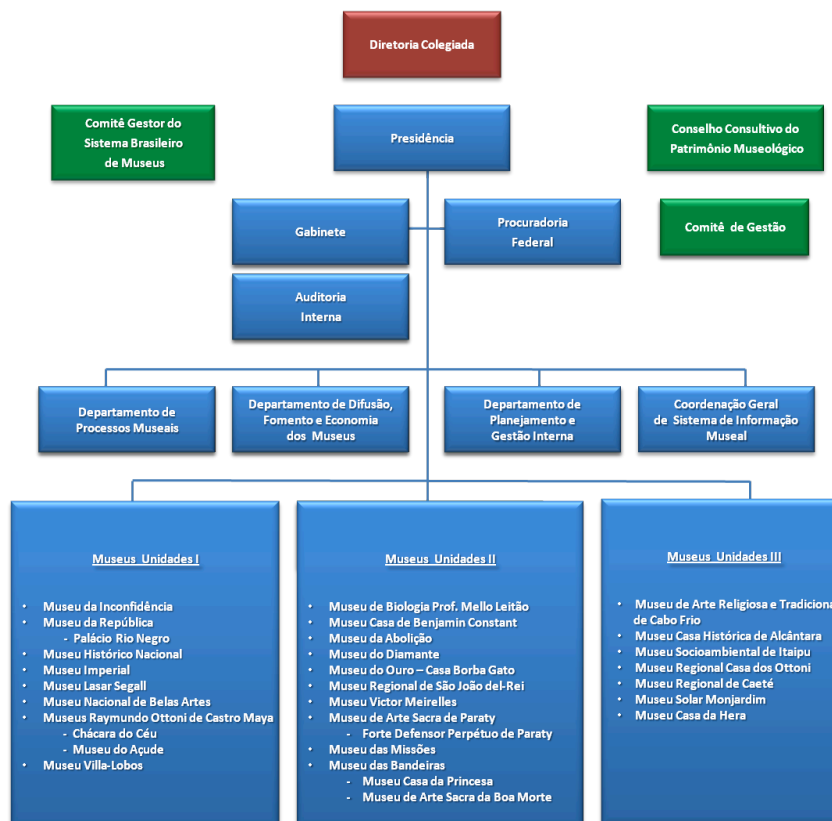
Além dessas, várias outras ações são realizadas no âmbito do Ibram. Que tal pesquisar um pouco mais sobre esses programas na página do órgão e descobrir quais dessas ações já chegaram ao seu município? Compare seus resultados com os demais colegas e com o total de municípios beneficiados. Com isso, problematize a atuação do órgão no seu contexto local de atuação.

Desde sua criação, o Ibram é subordinado ao Ministério da Cultura e tem em sua estrutura uma Presidência assessorada pelo Gabinete, pela Procuradoria Federal e uma Auditoria Interna. Ao lado da Presidência estão o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus e o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, seguidos do Comitê de Gestão.

O Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico é o responsável pela definição de bens culturais e coleções que deverão ser declarados de interesse público – a fim de ter garantida sua preservação e manutenção.

Abaixo dessas divisões estão três departamentos: o de Processos Museais, o de Difusão, Fomento e Economia dos Museus, o de Planejamento e Gestão Interna e a Coordenação Geral de Sistema de Informação Museal.

O órgão também é responsável pela administração direta de 30 museus, que são administrados em três unidades, como pode ser visto na figura 03. Para conhecer esses museus, acesse: <<http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-ibram>>. De Goiás, são três: o Museu das Bandeiras e o Museu de Arte Sacra da Boa Morte, localizados na Cidade de Goiás, e o Museu Casa da Princesa, situado em Pilar de Goiás.



**Figura 3 – Organograma Funcional do Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em:**  
<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/estrutura>.

## 2.4 COMISSÃO GOIANA DE FOLCLORE

No que se refere à cultura popular e ao que hoje se denomina de patrimônio de natureza imaterial, como já visto na disciplina Legislação e Patrimônio Cultural no Brasil, a preservação desse patrimônio em nível federal está aos cuidados do Iphan. No nível estadual, em Goiás o patrimônio de maneira geral está aos cuidados da Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura (Secult Goiás).

Existe também a Comissão Goiana de Folclore (CGF), ligada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC) da UNESCO. Criada em 1948 no rastro da Comissão Nacional de Folclore, a exemplo do que ocorreu em outros estados, CGF tem por objetivo “incentivar e coordenar pesquisas, estudos, promover, defender e divulgar o folclore e a cultura popular no âmbito do Estado

de Goiás e colaborar com os poderes públicos, entidades estatais, para-estatais e privadas nos atos cívico-culturais” (CGF, 2013).

Saiba mais sobre a Comissão Goiana de Folclore no link abaixo:

[<http://comissaogoianadefolclore.blogspot.com.br>](http://comissaogoianadefolclore.blogspot.com.br)

Indicamos também a leitura da dissertação de Guilherme Talarico<sup>1</sup>, já publicada sob o título “‘De Peneira e Bateia só se consegue Tutaméia’. As identidades e a Comissão Goiana de Folclore (1948-1978)”. A dissertação está disponível em

[<http://pos.historia.ufg.br/uploads/113/original\\_OLIVEIRA\\_Guilherme\\_Talarico\\_de.pdf>](http://pos.historia.ufg.br/uploads/113/original_OLIVEIRA_Guilherme_Talarico_de.pdf).

Sugestão de atividade:

Várias cidades do país possuem sua comissão municipal de folclore. Que tal verificar se sua localidade possui ou já possuiu uma comissão desse gênero e contar um pouco de sua história e atuação em prol da cultura popular?

Agora que já vimos os pontos principais relativos às esferas públicas que atuam diretamente na área cultural, vamos olhar mais detidamente para as principais instituições culturais que serão nosso foco nesta disciplina: museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais e pontos de memória.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES CULTURAIS**

#### **3.1 MUSEUS**

O que é

---

<sup>1</sup> Título da dissertação: “De Peneira e Bateia só se Consegue Tutaméia”. As Identidades e a Comissão Goiana de Folclore (1948-1978).

A definição de museu vem sendo reformulada desde 1956, quando foi criada uma primeira proposta. A cada nova proposta, poucas são as mudanças perceptíveis. No entanto, num panorama geral, é possível observarmos como tem ganhado força a atuação social, política e educativa dos museus.

Segundo o Comitê Internacional de Museu (ICOM), em sua primeira definição, de 1956:

Museu é um estabelecimento de caráter permanente administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras, conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos e zoológicos, aquários.

Nessa definição, o foco nas coleções e nos bens materiais fica claro, o que seria parcialmente modificado 45 anos depois em definição aprovada na 20ª Assembléia Geral do ICOM, em Barcelona, Espanha, 06 de julho de 2001:

Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.

O museu já não é mais uma instituição voltada somente para o trabalho com coleções, mas que também deve servir à sociedade e ao seu desenvolvimento, abrindo o leque de possibilidades de fruição.

Embora ultrapassado, o conceito de coleção como o centro da instituição museal sempre retorna como feito. Exemplo disso está no tema eleito para comemorar o Dia Internacional de Museus, do Comitê Internacional de Museus (ICOM), de 2014: “Coleções de Museus criam Conexões”<sup>2</sup>, que no *site* do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) assumiu um caráter extremamente conservador: “Museus: as coleções criam conexões”.

Sugestão de leitura: artigos da *Revista Museu* sobre o Dia Internacional de Museus, versão 2014, no link abaixo:

<<http://www.revistamuseu.com.br/joomla>>

---

<sup>2</sup> Nas três línguas oficiais do Conselho Internacional de Museus (ICOM): Museum collections make connections, em inglês; Les liens créés par les collections des musées, em francês; e Los vínculos creados por las colecciones de los museos, em espanhol.

Na definição do Iphan, além de servir à sociedade em seus princípios e ideais institucionais, o museu também deve ser aberto ao público. Ainda nessa definição, podemos encontrar também a inclusão dos bens imateriais:

o museu é uma instituição permanente, aberta ao público, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, pesquisa, expõe e divulga as evidências materiais e os bens representativos do homem e da natureza, com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer (IPHAN, 2014).

O Ibram considera como museus, na instituição da Lei nº 11.904, de 11 de julho de 2009, em seu Artigo 1º:

as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento [...] Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades (BRASIL, 2009).

Fica claro pelo próprio Estatuto a relação entre o museu, o patrimônio cultural e o desenvolvimento local, caracterizando essa instituição como uma entidade fortemente ligada à construção e afirmação de identidades. Destaca-se o aspecto da “participação das comunidades”, uma vez entendida como integrante das redes sociais e políticas que atuam na construção de referências culturais de uma sociedade.

Essa noção de museu como instituição e processo museológico é retomada no Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta a Lei 11.904, como pode ser visto abaixo:

Art. 2º Para fins desse Decreto, consideram-se: [...] IX – museu – instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento; [...] X – processo museológico – programa, projeto e ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teórico e prático da museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória

social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico (BRASIL, 2013).

Assim, distinguem-se museus de processos museológicos. Neste caso, os museus deverão ser reconhecidos via registro em órgão público competente. Os processos, por sua vez, não apresentam essa exigência, uma vez que podem ser realizados em instituições de variadas tipologias, como em escolas, bibliotecas, universidades e, inclusive, em um museu.

Pelo que viemos estudando sobre essa instituição até agora, cremos que podemos adotar uma definição mais poética e abrangente de museu, que até pouco tempo aparecia na página do Ibram na internet:

Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose.

#### MUSEUS – TEMPLOS OU PROCESSOS?

A definição do ICOM inclui também, como museus, sítios e monumentos, sejam eles de caráter natural ou histórico, que desenvolvem o “processo museológico”, composto pelas atividades de aquisição, conservação e difusão do patrimônio, que incluem a documentação, a pesquisa e a educação. Assim, jardins zoológicos e botânicos, aquários e viveiros, além dos centros de ciência e planetários, galerias de exposição, institutos de conservação, parques naturais, organizações, ministérios, centros culturais e qualquer outra entidade que não comercial e que realizem pesquisas, educação, formação, documentação e divulgação são consideradas como museus. Incluíram-se, então, aquelas que reúnem todas as características de um museu e aquelas que oferecem meios para que essas atividades sejam desenvolvidas e incluídas como partes do museu.

Dessa forma, o museu deve ser compreendido não como templo ou casa, mas como processo que, se realizado de forma completa, é instituído, ainda que no âmbito abstrato.

Sugestão de atividade:

(1) A partir dessa ideia, escolha uma entidade de sua cidade e analise a possibilidade de ela ser considerada um museu. Leve em conta as etapas do processo museológico de aquisição, conservação, documentação, pesquisa e comunicação da instituição.

(2) Escolha um museu e analise como se dá a relação de poder nessa instituição, elencando os atores e caracterizando sua atuação na construção e afirmação de identidades.

Obs.: Indicamos/Recomendamos que sejam realizadas visitas *in loco* para o desenvolvimento dessas atividades.

### Função

Pela conceituação, definição e natureza de suas atividades, temos que os museus têm três funções básicas: a preservação, que compreende as ações de documentação e conservação em suas múltiplas especificidades; a pesquisa ou investigação, também em seus variados aspectos e possibilidades, aplicada às ciências básicas ou às de cunho museológico, e a comunicação, aí incluídas as exposições, as atividades educativas e culturais e as ações de divulgação da imagem institucional e de suas atividades, bem como a disseminação do conhecimento produzido nos museus por meio de publicações científicas e de material didático.

### Processo de institucionalização

No Brasil, a criação dos primeiros museus ocorreu com a chegada da família real portuguesa, a partir de valores e padrões europeus, e esteve diretamente atrelada aos discursos científicos e nacionalistas. Era importante não só propagar o conhecimento científico, as riquezas naturais da colônia, as descobertas feitas em solo brasileiro, como também evidenciar o poderio da classe abastada da nação em formação. Era necessário semear museus no deserto da Colônia. O Museu Nacional, como exemplo máximo desse momento, reuniu o que de mais representativo do saber universal pode ser trazido para o país. Múmias, sarcófagos e objetos egípcios foram adquiridos nesse período e formam, ainda hoje, uma das mais importantes coleções da América Latina (SANTOS, 2002, p. 99 - 107).

Já os museus criados na segunda metade do século XIX tiveram um caráter mais regionalista, constituindo acervos locais ou de ramos especializados da

ciência, como o Museu do Pará de 1868 (atual Museu Paraense Emílio Goeldi) e o Museu Paulista, inaugurado em 1893, com objetos da elite paulistana.

Saiba mais sobre a criação dos primeiros museus no Brasil no texto de Santos (2002), que também aborda o surgimento dos museus na Europa, disponível no link abaixo:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/369>>.

A partir dos anos 1890, os diretores dos museus, a exemplo de diretores como João Batista Lacerda, no Museu Nacional, Herman von Ihering, no Museu Paulista, e Emílio Goeldi, no Museu do Pará, procuram imprimir um caráter mais científico e enciclopedista às suas atividades, preocupados com a classificação e análise comparativa de seus acervos. Também buscaram ocupar espaços entre as instituições de pesquisa, criando revistas especializadas, algumas existentes até os dias atuais, como o Boletim do Museu Goeldi.

Mas foi somente no século XX que o cenário museal brasileiro se delineou efetivamente. No Brasil, esse foi o século dos museus, conforme ilustra a Figura 4 abaixo, sistematizado por Chagas (2003, p. 79) a partir dos dados coligidos por Guy de Holanda (1958) em levantamento feito a partir de demanda da UNESCO.

#### **REPERTÓRIO DOS MUSEUS BRASILEIROS (segundo Guy de Hollanda, 1958)**

##### **Século/década**

##### **Quantidade de museus criados**

##### **Século XIX**

1811 a 1820	1
1841 a 1850	1
1861 a 1870	2
1871 a 1880	1
1881 a 1890	1
1891 a 1900	2

Obs.: Dois museus do grupo dos museus sem indicação de data de criação poderiam ter

**Subtotal** (incluindo os citados na observação) **10**

##### **Século XX**

1901 a 1910	8
1911 a 1920	4
1921 a 1930	7
1931 a 1940	25
1941 a 1950	29
1951 a 1958	31
Museus em organização em 1958	9
Museus sem indicação de data de criação	22
<b>Subtotal</b>	<b>135</b>



**Total (século XIX e século XX até 1958)****145****Figura 4 – Repertório dos museus brasileiros, segundo Guy de Hollanda (1958).**

Nota-se, pela observação do quadro, que é mais precisamente após os anos 1930 que aconteceu uma maior proliferação dos museus. A busca pelas raízes e identidade nacional - advogadas pelo Movimento Modernista, aliada às reformulações propostas com o advento do Estado Novo, levaram a uma ideologia de fortalecimento do Estado brasileiro. Essa ideologia apoiou-se na recomposição do passado e na construção de mitos, símbolos e heróis, tendo sua materialização na criação de museus (CHAGAS, 2003, p. 80-81).

Evidencia-se, assim, que a criação de museus, em sua maioria, esteve atrelada aos interesses políticos de primeira hora, sem maior compromisso com a manutenção e permanência dessas instituições. Tanto que muitos dos museus criados nesses primeiros tempos de expansão foram extintos.

Mais recentemente, Hugues de Varine refere-se ao problema da criação indiscriminada de museus como decorrência da “paixão pelo patrimônio [que] é tal atualmente que os museus floresceram, em quase todos os países, de maneira selvagem e às vezes até mesmo cômica” (VARINE, 2012, p. 197).

Na Europa, as grandes coleções - antiquários, gabinetes de curiosidades e galerias de retratos - tinham como objetivo atrair a admiração pela riqueza e pelo exotismo dos exemplares. Exibidas para um público muito seletivo, eram organizadas segundo a predileção pessoal do colecionador. Os primeiros museus abertos ao público nasceram nos séculos XVIII e XIX. Foram abertas ao público essas coleções, que acumulavam, classificavam e expunham com intenção enciclopédica e universalista, o conhecimento humano da época, com o propósito de se constituírem em templos do saber, da riqueza e do poder das nações que representavam. Nessas instituições já eram desenvolvidas atividades classificatórias e educativas. Critérios seletivos pessoais foram substituídos por discussões metodológicas, e práticas de conservação, exposição e segurança foram implementadas (SANTOS, 2002).

Na atualidade, para a criação de museus no Brasil, devem ser seguidos alguns procedimentos definidos pelo Estatuto de Museus, Lei nº 11.904, de 11 de julho de 2009, regulamentado pelo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

#### Exemplos goianos

Os museus podem ser caracterizados por variados tipos de acervo. Em Goiás, especialmente em Goiânia, são encontradas instituições que se denominam museus com acervos que vão de artes às ciências biológicas. São elas:

- Instituto Hidasi– Museu da Biodiversidade;
- Museu de Zoologia e Ornitologia do Parque Zoológico;
- Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga;
- Museu de Arte de Goiânia;
- Museu Antropológico da UFG;
- Museu da Imagem e do Som de Goiás;
- Museu de Arte Contemporânea de Goiás;
- Museu Pedro Ludovico Teixeira;
- Museu de Morfologia Arlindo Coelho de Souza (ICB/ UFG);
- Centro Cultural Jesco Puttkamer – PUC-GO;
- Planetário da UFG;
- Vila Cultural Cora Coralina;
- Memorial do Cerrado;
- Museu Carpológico do Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira;
- Instituto Histórico Geográfico de Goiás;
- Centro Cultural UFG;
- Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central;
- Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás;
- Academia Goiana de Letras.

#### Mapa da cidade

**Figura 5 – Museus de Goiânia**

Sugestão de atividade:

Escolha um desses museus, ou outro de sua localidade, e faça sua própria análise do contexto político-ideológico de sua criação.

### 3.2 BIBLIOTECAS

O que é

De acordo com o *Dicionário Houaiss* (2001), a palavra biblioteca, de origem grega, se refere a um depósito de livros (*biblíon* – livro + *teke* – caixa, depósito). No entanto, o atual conceito e a história das bibliotecas apontam para um acúmulo do saber, e não um simples repositório de escritos. Biblioteca vem a ser um lugar onde se coleciona o saber e a cultura dos povos e que conserva uma memória coletiva que só se atualiza e se reconstrói pela leitura.

É interessante notar que os símbolos da Biblioteconomia (Fig. 06) são a lâmpada de Aladim, representando a vigília permanente e a atividade intelectual, e o livro aberto, que significa o oferecimento da educação e da cultura.



Figura 6 - Ilustração dos símbolos da Biblioteconomia, a lâmpada de Aladim e o livro aberto.

A biblioteca é, assim, uma instituição que, além de agrupar, proporciona o acesso aos registros do conhecimento e das ideias do ser humano. Esses registros podem ser todo tipo de material nos mais variados suportes: papel, digital, ótico ou eletrônico (vídeos, fitas cassetes, CD-ROMs etc.). Uma vez

organizados de modo a serem identificados e utilizados, compõem o acervo de uma biblioteca (FBN, 2000, p. 17).

Para Portella (2010), a biblioteca não é simplesmente um estabelecimento. É um lugar de contato com o passado e de criação, que tem para além de seu aspecto físico características definidas pelo seu sentido abstrato.

Meio de análise da memória, espaço de conservação do patrimônio intelectual, artístico e literário, a biblioteca é um local de diálogo com o passado, mas também de criação e de inovação. É um lugar, uma instituição. Ela é o cruzamento paradoxal de um projeto saudavelmente utópico (fazer coexistir num mesmo local todos os traços do pensamento humano confiados à escrita) e de restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens, e atualmente dos sons. É também, e simultaneamente, um desenho intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas da leitura, da escrita e da interpretação (PORTELLA, 2010, p. 261).

E não deixa, como vimos no início, de exercer seu poder. Este pode se expressar de diversas formas, no mundo das palavras, dos conceitos e também da política. A acumulação de manuscritos e de livros representa um poder temporal dos monarcas e da realeza sobre a população, um poder econômico dos que podem comprar esses objetos sobre os que não podem e ainda um poder intelectual sobre os intelectuais (PORTELLA, 2010).

### Função

As bibliotecas podem ser classificadas em seis tipos: nacionais, universitárias, públicas, escolares, especiais e especializadas. Essa divisão se dá de acordo com as funções que cada tipologia desempenha, o tipo de leitor para o qual direcionam seus serviços e o nível de especialização de seu acervo (FBN, 2000, p. 17).

As bibliotecas universitárias, por exemplo, têm como função apoiar o desenvolvimento das atividades acadêmicas, e as escolares, por sua vez, auxiliar no processo de alfabetização e formação básica. Em relação aos seus serviços e acervos, visam atender aos alunos, professores e funcionários das universidades ou escolas, sendo sua coleção voltada para o ensino e a pesquisa ou atividades pedagógicas da educação básica, cujos objetivos são diferenciados.

Ao contrário do museu, a biblioteca pode ser pública ou privada, aberta ao público ou de uso particular, inclusive de um grupo bastante restrito. Para a FBN (2000), o conceito de biblioteca pública liga-se fortemente aos conceitos de direitos culturais e de cidadania.

O conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Deve oferecer todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral, além de informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral e publicações oficiais. A biblioteca pública é um elo de ligação entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso informacional que nela se encontra organizado e à sua disposição. Além disso, uma biblioteca pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar idéias [sic], discutir problemas, auto-instruir-se [sic] e participar de atividades culturais e de lazer (FBN, 2000, p. 17).

Dessa forma, a biblioteca pública se destaca pela sua participação no processo de democratização do acesso à informação e, conseqüentemente, de minimização da desigualdade social e intelectual entre os cidadãos. No entanto, Portella (2010) ressalta que ser pública não é sinônimo de popular, pois ainda se defende um público especializado para utilizá-la. O mesmo se aplica à biblioteca nacional, ainda que essa se diferencie da pública por abrigar a “memória documental da cultura de um país” (PORTELLA, 2010, p. 251).

Ainda há que se destacar a diferença entre as bibliotecas especiais e as especializadas. Em alguns países de língua inglesa, as interpretações são inversas ao que se define no Brasil. De acordo com o levantamento de Beneduzi (2004), especiais são aquelas que prestam serviços às pessoas com acesso limitado, seja devido a necessidades especiais relacionadas a fatores sensoriais, físicos, de saúde ou comportamentais. Enquanto isso, especializadas são aquelas que direcionam seus serviços a um público especializado em determinadas áreas do conhecimento.

Atualmente, no Brasil, a Biblioteca Nacional (BN) assume o conceito de nacional e coloca-se em contraposição ao conceito de pública, pois reúne as seguintes características:

ser beneficiária do instituto do Depósito Legal; possuir mecanismo estruturado para compra de material bibliográfico no exterior a fim de reunir uma coleção de obras estrangeiras, nas quais se incluam livros relativos ao Brasil ou de interesse para o país; elabora e divulga a bibliografia brasileira corrente através dos Catálogos em linha, disponíveis no Portal Institucional ([www.bn.br](http://www.bn.br)); é também o centro nacional de permuta bibliográfica, em âmbito nacional e internacional.

E, por possuir o estatuto de Fundação, a Biblioteca Nacional ampliou seu campo de atuação. Tem como função coordenar as ações, os programas e projetos voltados para o “entrelaçamento de três dos mais importantes alicerces da cultura brasileira: biblioteca, livro e leitura” (PORTELLA, 2010, p. 9). A BN é a instituição que coordena o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e que conduz a política brasileira através do Programa de Incentivo à Leitura (PROLER).

Reconhece-se que saber ler é uma exigência sociocultural básica das sociedades modernas e que não se restringe a um ato mecânico de decodificação de palavras. Por isso, o PROLER é um projeto que tem por finalidade “a ampliação do direito à leitura, promovendo condições de acesso a práticas de leitura e de escritas críticas e criativas” (FBN, 2009, p. 9).

Saiba mais sobre o PROLER na publicação da Fundação Biblioteca Nacional, disponível no link abaixo:

<<http://www.bn.br/proler/images/PDF/cursos3.pdf>>.

Sugestão de atividade:

Descreva criticamente a existência, ou não, de alguma ação relacionada ao PROLER em sua localidade.

#### Processo de institucionalização

A mais antiga biblioteca de que se tem notícia é a biblioteca dos assírios – três mil anos a.C. – onde eram recolhidos em caracteres cuneiformes, os testemunhos da memória econômica (impostos, propriedade etc.), ou concernentes às decisões políticas, uma memória das técnicas e uma memória científica da Astronomia. Resumia-se, assim, à memória das elites do poder, que a ela poderiam recorrer em ocasiões futuras, tal qual em arquivos oficiais. Esse

acúmulo da memória do saber deu origem a um discurso legitimador do conhecimento e unificador das memórias, a História (NAMER, 1987).

As primeiras bibliotecas públicas surgiram na Grécia, pela tentativa de Licurgo, no século IV a.C., de conservar os textos teatrais de Sófocles, Eurípides e Ésquilo, e assim resguardar do esquecimento tanto as belas formas estéticas e literárias quanto os “remédios da alma”, posto que o teatro grego representava intensos momentos de vivência afetiva e catarse psicológica.

Contudo, a mais famosa biblioteca da Antiguidade foi a Biblioteca de Alexandria no Egito, onde também se situa o mais antigo museu conhecido. Criada no século III a.C., chegou a reunir cerca de sete mil volumes manuscritos. Foi destruída por um incêndio em 646.

No Brasil, a história das bibliotecas e dos museus também tem origem comum, com a vinda da família real portuguesa em 1808. Originada pela coleção integrante da Real Biblioteca ou Livraria Real (dos monarcas portugueses), a Biblioteca Nacional foi a primeira biblioteca pública do país. Antes disso só havia bibliotecas particulares ou pertencentes a conventos, de uso muito restrito. D. João VI criou, oficialmente, em 29/10/1810, a Biblioteca Nacional, inicialmente de uso exclusivo da família real e de poucos estudiosos mediante autorização, mas só aberta ao público em 1814.

A segunda biblioteca pública do país foi aberta em Salvador em 1811, por iniciativa de um particular - Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco - e colaboradores.

Saiba mais sobre a história da biblioteca e da Biblioteconomia no Brasil e no mundo em:

<<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/docs/200703-historiadabiblioteca.pdf>>.

#### Exemplos goianos

No estado de Goiás, são cadastradas mais de 230 bibliotecas públicas distribuídas pelos seus municípios. A lista completa com os respectivos

endereços, publicada em setembro de 2013, pode ser consultada no link: <http://snbp.bn.br/wp-content/arquivos/2014/03/GO-Lista-das-Bibliotecas-Publicas.pdf>.

Na cidade de Goiânia, a prefeitura reconhece 13 bibliotecas, das quais se destacam bibliotecas universitárias, públicas e especiais. Além disso, demandas sociais recentes, como a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais e o crescente acúmulo de produção digital, vêm provocando a instalação de novas instituições do gênero no Estado. Veja:

- Biblioteca Virtual;
- Biblioteca Braille;
- Biblioteca Central da UCG;
- Biblioteca Central da UFG;
- Biblioteca Cora Coralina;
- Biblioteca do Centro de Formação Integral;
- Biblioteca Marietta Teles Machado;
- Biblioteca Irmãos Oriente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás;
- Biblioteca Estadual Escritor Pío Vargas;
- Biblioteca da Secretaria Estadual de Saúde;
- Bibliotecas do Sesc;
- Biblioteca Setorial da UFG;
- Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

Sugestão de atividade: Relacione todas ou algumas das bibliotecas de seu polo ou região, descrevendo-as sucintamente e classificando-as conforme as funções estudadas acima.

### 3.3 ARQUIVOS

O que é

O conceito e a instituição, naturalmente, vêm passando por alterações ao longo do tempo.



Em 1952, vimos, pelas lentes de Krzysztof Pomian, que Buchalski, Konarsky e Wolff consideravam o arquivo uma instituição cujas funções incluíam o recolhimento, a classificação, a guarda, a conservação, a segurança e a acessibilidade dos documentos que deveriam ser preservados depois de perderem sua antiga utilidade quotidiana e se tornarem supérfluos nas repartições e nos depósitos (POMIAN, 1984). Vem daí a expressão hoje execrada pelos arquivologistas de “arquivo morto”.

Segundo o *International Council on Archives* (ICA), a definição de arquivo admite duas acepções:

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. [...] Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos [ou ainda] Instalações onde funcionam os arquivos (ICA, 2012).

Também na atualidade, com o surgimento da Ciência da Informação, o arquivo/conteúdo é concebido como um sistema<sup>3</sup> de informação social materializada sobre variados suportes (documentos escritos, fotografias, documentos eletrônicos e gravações sonoras), configurado por dois fatores essenciais - sua natureza orgânica (estrutural) e sua função (uso), aos quais se adicionará um terceiro – a memória, profundamente relacionado aos anteriores (MALHEIROS, 2000, p. 214 *apud* BENITO, 2000, p. 222).

Os arquivos constituem a memória das nações e da sociedade; eles constituem sua identidade e são elementos chave da sociedade da informação. Ao testemunhar as atividades e as tomadas de decisões, eles asseguram ao mesmo tempo a continuidade das organizações e a justificação dos seus direitos, bem como dos indivíduos e dos Estados. Ao garantir o acesso dos cidadãos às informações administrativas [do Estado] e aos direitos dos povos de conhecer sua história, os arquivos são essenciais ao exercício da democracia, à prestação de contas do governo e à boa governança<sup>4</sup> (ICA, 2012, p. 1).

<sup>3</sup> Sistema foi definido por Malheiros (2000, *apud* BENITO, 2000, p. 221) como o “conjunto de elementos identificáveis, interdependentes por um feixe de relações e que se perfilam dentro de uma fronteira”.

<sup>4</sup> Tradução livre do original em francês: *Les archives constituent la mémoire des nations et des sociétés ; elles fondent leur identité et sont un élément clé de la société de l'information. En témoignant des activités menées et des décisions prises, elles assurent à la fois la continuité des organismes et la justification de leurs droits, ainsi que de ceux des individus et des États. Parce qu'elles garantissent l'accès des citoyens à l'information administrative et le droit des peuples à*

Vimos que, pelas definições apresentadas, o arquivo/conteúdo (documento/informação) se confunde com o arquivo/continente (sistema/instituição), que será o alvo da matéria aqui tratada.

Não por acaso tanto debate tem ocorrido por demandas pela abertura dos arquivos da ditadura. Sua liberação à consulta pelos pesquisadores e familiares de desaparecidos pode lançar novas luzes sobre pontos obscuros da história recente do país, trazendo também à evidência crimes e omissões perpetradas pelas autoridades constituídas contra as liberdades individuais e o regime democrático de direito.

### Função

Ao contrário das bibliotecas e dos museus, os arquivos tiveram sua origem como um ato espontâneo surgido com a escrita, com o hábito de guardar e proteger a documentação resultante de medidas políticas e econômicas, sendo, portanto, utilizada para fins comprobatórios - de testemunho e prova jurídica - para os poderes constituídos.

No século XIX, o arquivo ainda era uma instituição a serviço da ciência histórica e de sua construção como campo de conhecimento. Os documentos sob a guarda dos arquivos serviam de base e fundamento para confirmação das pesquisas históricas dentro do espírito dominante da filosofia positivista.

No período entre as duas guerras mundiais, sua função já era descritiva e técnica, sobretudo devido à grande produção de documentos - e geração de informação, em consequência - dessa fase.

Sua função na atualidade é permitir o controle, a recuperação e a difusão da documentação/informação produzida pelas instituições em todos os níveis. Arquivos podem ser públicos (federal, estadual, distrital, municipal), institucionais, comerciais e pessoais.

São objetivos da gestão ou administração de documentos de arquivo: garantir uma documentação adequada e evitar o supérfluo; simplificar os

---

*connaître leur histoire, les archives sont essentielles à l'exercice de la démocratie, à la responsabilisation des pouvoirs publics et à la bonne gouvernance.*

sistemas de criação e uso dos documentos; melhorar a maneira pela qual se acumulam os arquivos e se recuperam as informações; assegurar o conhecimento do panorama documental dos órgãos e da destinação dos conjuntos; garantir a transferência de documentos não necessários ao desempenho das atividades correntes, o recolhimento a arquivos públicos e as eliminações periódicas; atentar para o armazenamento a baixo custo, em termos de equipamento e área; e, finalmente, estimular a criação de depósitos centrais de arquivamento intermediário.

### Processo de institucionalização

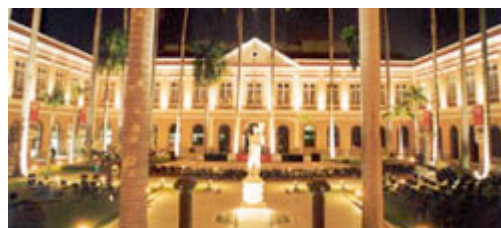
Os arquivos no Brasil não diferem dos museus e bibliotecas. Sua institucionalização nasceu com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, com a criação do Arquivo Militar.

O regulamento nº 2, de 2 de janeiro [de 1838] cria o Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição de 1824. Estabelecido, provisoriamente, na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, tinha por finalidade guardar os documentos públicos e estava organizado em três seções: Administrativa, responsável pelos documentos dos poderes Executivo e Moderador; Legislativa, incumbida da guarda dos documentos produzidos pelo Poder Legislativo e Histórica. Sua primeira sede situava-se no edifício do Ministério do Império, na Rua da Guarda Velha, atual Treze de Maio (AN, 2014).

Ao longo de sua trajetória, o Arquivo Nacional ocupou vários edifícios públicos. Abaixo, as Figuras 7 e 8 mostram os edifícios de suas sedes, a anterior e a atual. Em 1985, a instituição se transferiu para um dos edifícios do imponente prédio construído para a Casa da Moeda, na Praça da República.



**Figura 7 - Sede anterior do Arquivo Nacional.**



**Figura 8 - Sede atual do Arquivo Nacional (antiga Casa da Moeda).**

Como visto, arquivos existem em todas as instâncias e, no caso brasileiro, a política de arquivos públicos e privados é gerenciada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão ligado ao Arquivo Nacional.

São reconhecidos nacionalmente 27 arquivos que reúnem o Arquivo Nacional, os Arquivos Estaduais e do Distrito Federal, cuja listagem foi disponibilizada pelo CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) no link:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=177&sid=65>>.

### Exemplos goianos

Arquivos são componentes indispensáveis em qualquer estrutura organizacional, pois toda instituição acaba por produzir documentos durante seu funcionamento. No âmbito da Universidade Federal de Goiás, o Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ/ UFG) é o responsável pelo "planejamento e desenvolvimento da gestão técnica da informação e de documentos de valor administrativo, acadêmico ou histórico" (CIDARQ, 2014).

São atribuições do Centro de Informação, Documentação e Arquivo:

- Estabelecer normas e procedimentos relativos a produção, tramitação, uso, arquivamento, eliminação e guarda permanente de documentos convencionais e digitais com valor administrativo ou acadêmico;
- Estabelecer normas e procedimentos para garantir a autenticidade das informações e documentos convencionais e digitais no âmbito da UFG, de forma a assegurar a defesa dos interesses da universidade e dos direitos da comunidade acadêmica;
- Elaborar o plano de classificação da informação quanto a produção e acesso de forma a garantir a sua organização, recuperação, acesso ou sigilo;
- Coordenar a rede de arquivos e protocolos setoriais;
- Organizar e sistematizar os processos organizacionais da UFG de forma a promover a execução eficaz e eficiente do trabalho e auxiliar na informatização desses processos;
- Coordenar a comissão permanente de avaliação de documentos;
- Assegurar condições de conservação, proteção, acesso e disseminação do patrimônio documental da UFG;
- Preservar a memória institucional da UFG, protegendo seu acervo arquivístico, para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa científica;
- Desenvolver uma política de aquisição de acervos documentais de pessoas físicas ou jurídicas de interesse acadêmico, científico e cultural, tornando-os acessíveis à consulta pública promovendo a pesquisa científica;

Promover treinamentos para capacitação e formação profissional na área de Arquivologia;  
Manter intercâmbio com outros centros de documentação e memória nas diversas áreas de pesquisa que envolvem a Universidade e a comunidade em geral.

Em Goiás, o Arquivo Histórico Estadual é a instituição que abriga e organiza os documentos mais antigos de Goiás e também aqueles que mesmo atuais sejam classificados como históricos. Por desempenhar essa função, atender a pesquisadores, desenvolver pesquisas, organizar exposições sobre datas comemorativas e ter todo seu acervo disponível para consulta, o órgão tem sua importância sócio-cultural reconhecida pela Secretaria de Estado da Cultura, à qual é subordinado (SECULT, 2014).

Saiba mais sobre a sua história e funcionamento em:

<<http://www.secult.go.gov.br/post/ver/139262/arquivo-historico-estadual>>.

### 3.4 PONTOS DE MEMÓRIA E CULTURA

Casas de memória, centros de memória ou memoriais são espaços que se confundem com os museus e são criados por instituições, grupos ou cidades para celebrar e preservar suas tradições e história, ou parte dela. Os termos ponto de cultura, ponto ou casa de memória passaram a ter grande uso e destaque com a implantação do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva no Ministério da Cultura. Criado e regulamentado por meio das Portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005, o programa surgiu com o objetivo de estimular e fortalecer no país uma rede de criação e gestão cultural, tendo como base os pontos de cultura.

Segundo o Ibram (2014), o Programa Pontos de Memória é um programa que busca dar oportunidade de grupos sociais do Brasil narrarem e exporem suas próprias memórias e patrimônios nos museus. Ele tem o objetivo de apoiar projetos e iniciativas que valorizem a memória social.

Ao contrário do que se observa na atuação recorrente das demais instituições, em que há um processo de institucionalização independente da vontade social, a metodologia desse programa se baseia no diálogo e na

participação com a comunidade, a fim de eleger aspectos da memória que correspondam aos interesses do grupo em questão. Assim, algumas ações são necessárias para o desenvolvimento dos Pontos de Memória:

- § Visitas de sensibilização e mobilização comunitária, por meio da oficina Museu, Memória e Cidadania;
- § Seminários ampliados de mobilização nas comunidades, para apresentação do programa e eleição de instâncias deliberativas;
- § Oficinas de qualificação;
- § Fortalecimento da Rede – Encontros nacionais de integração e articulação dos pontos;
- § Plano de ação – Cada ponto de memória desenvolve um planejamento para execução do projeto na comunidade, delineando o perfil de museu que pretende constituir;
- § Ações museais – Eventos e atividades que visam ampliar para toda a comunidade a discussão a respeito da memória local;
- § Inventário Participativo – Desenvolvimento processual e participativo do inventário, relacionando os bens que deverão compor o acervo do Ponto de Memória;
- § Ato Inaugural – Lançamento de uma exposição, publicação, documentário, dentre outros produtos de difusão, que marcarão a abertura dos Museus Comunitários. (Disponível em <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/de-memoria/programa-pontos-de-memoria/>).

Além disso, o programa contribui para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura, e é desenvolvido pela parceria entre o Ibram, com a Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE), o Departamento de Processos Museais (DEPMUS), o MinC, com o Programa Mais Cultura e Cultura Viva, e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

Saiba mais sobre o Cultura Viva e os Pontos de Cultura nos links abaixo:

<<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>>.

<<http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>>.

Sugestão de atividade:

Chegamos ao fim de nossa disciplina. Esperamos que os estudos tenham sido proveitosos.

Para finalizar, sugerimos que liste as instituições culturais de seu polo (ou escolha algumas, mas tentando contemplar todas as tipologias aqui trabalhadas) e faça uma análise de suas atuações junto aos cidadãos no sentido da socialização do patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Sônia Rabello. **O estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991. 161.

ARQUIVO NACIONAL. Histórico. 2014. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BENEDUZI, Andrea Campello. **Bibliotecas Especiais**: a biblioteca hospitalar como um repositório de saúde e bem estar ao alcance do paciente. 2004. 71f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/UFRGS, 2004.

BENITO, Núria Jornet i. **Reseña de "Arquivística**. Teoria e prática de uma ciência da informação" de Armando Malheiro de Silva, Fernanda Ribeiro, Julio Ramos y Manuel Luís Real. *Anales de Documentación*, núm. 3, 2000, pp. 220-223, Universidad de Murcia, España. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63500315>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **História da biblioteca e do bibliotecário no mundo e no Brasil**. Disponível em <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/docs/200703-historiadabiblioteca.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 11 de julho de 2009. Brasília: Presidência da República, [2014]. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>. Acesso em: 30 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.124**, de 17 de outubro de 2013. Brasília: Presidência da República, [2014]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm)>. Acesso em: 30 de maio de 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede (a era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; LONDRES, Maria Cecília. **Patrimônio Imaterial no Brasil**: Legislações e Políticas Estaduais. Brasília: UNESCO/Educarte, 2008. 199p.

CHAGAS, Mario. **Imaginação Museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.



\_\_\_\_\_. Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio. **Musas**: Revista Brasileira de Museus e Museologia, Brasília, vol.1, n.1, p.135-146, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989. 179 p.

CENTRO DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO. **O CIDARQ**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidarq.ufg.br/pages/48703-o-cidarq>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

COMISSÃO GOIANA DE FOLCLORE. **Introdução**. 2013. Disponível em <<http://comissaogoiadanadefolclore.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000. 160p.

\_\_\_\_\_. **PROLER**: Concepções e diretrizes. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional/PROLER, 2009. 44p.

HOLLANDA, Guy. **Recursos Educativos dos Museus Brasileiros**. Rio de Janeiro: CBPE / ONICOM, 1958.

HOUAISS. **O grande dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Constitution**. Status Tels Qu'aprouves par L'agm, Brisbane. 2012.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1137>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Programa Pontos de Memória**. 2014. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/de-memoria/programa-pontos-de-memoria/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília, DF: IPHAN, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3659>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos**. Brasília, DF. Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. 63 p. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Museus e Casas Históricas. **Portal Iphan**. 2014. Disponível em: <[portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12810&retorno=paginalpha n](http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12810&retorno=paginalpha n)>. Acesso em: 30 maio 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 263p.

LONDRES, Maria Cecília. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed., 2003, p.83-95.

MARANDINO, Martha. **Educação em Museus**: a mediação em foco. São Paulo: GEENF/FEUSP, 2008. 48p.

MARQUES, Eduardo. Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, n. 60, 2006, p. 15-41.

MORAES WICHES, C. A. de. **Patrimônio Arqueológico Paulista**: proposições e provocações museológicas, 2011, 382 p. Tese (Doutorado em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia) – Universidade de São Paulo, 2011.

NAMER, Gerard. Les institutions de mémoire culturelle. In: \_\_\_\_\_. **Mémoire et société**. Paris: Meridien, 1987. p. 159-185.

PESSANHA, José Américo da Motta. A retórica dos museus. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 09 de junho de 1988.

\_\_\_\_\_. O sentido dos museus na cultura. In: **O museu em perspectiva**. Rio de Janeiro: Museu de Folclore Edison Carneiro/INF/Funarte, 1996. (Encontros e Estudos, 2).

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1984. 460p.

PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 247-264, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a16.pdf>>. acesso em: 09 ago. 2014.

RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. 160p.

ROGERS, A. Looking again at non-formal and informal education: Towards a new paradigm. **The encyclopaedia of informal education**. 2004. Disponível em:

<[http://www.infed.org/biblio/non\\_formal\\_paradigm.htm](http://www.infed.org/biblio/non_formal_paradigm.htm)>. Acesso em: 30 maio 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. In: CHAGAS, Mario de Souza Chagas; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museu e políticas de memória**. Lisboa: ULHT, 2002. (Cadernos de Sociomuseologia, 19). p. 99-118. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/369>>. Acesso em: 24 maio 2014.

SECULT. Arquivo Histórico Estadual. 2014. Disponível em <<http://www.secult.go.gov.br/post/ver/139262/arquivo-historico-estadual>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu de; BEZERRA, Marcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: Eckert, C.; Lima Filho, M.F.; Beltrão, J. (Orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Florianópolis: Nova Letra/ABA/Fundação Ford, 2007, p. 11-21. Disponível em <[https://www.academia.edu/3313013/Silveira\\_F.L.A.\\_and\\_.Bezerra\\_M.\\_-Educacao\\_Patrimonial\\_perspectivas\\_e\\_dilemas.\\_In\\_Eckert\\_C.\\_Lima\\_Filho\\_M.F.\\_Beltrao\\_J.\\_Orgs.\\_.Antropologia\\_e\\_Patrimonio\\_Cultural\\_dialogos\\_e\\_desafios\\_con\\_temporaneos.\\_Florianopolis\\_Nova\\_Letra\\_ABA\\_Fundacao\\_Ford\\_2007\\_p.\\_11-21](https://www.academia.edu/3313013/Silveira_F.L.A._and_.Bezerra_M._-Educacao_Patrimonial_perspectivas_e_dilemas._In_Eckert_C._Lima_Filho_M.F._Beltrao_J._Orgs._.Antropologia_e_Patrimonio_Cultural_dialogos_e_desafios_con_temporaneos._Florianopolis_Nova_Letra_ABA_Fundacao_Ford_2007_p._11-21)>. Acesso em: 30 maio 2014.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256 p.